

Risco de novos temporais é grande

ADILSON FONSÊCA
REPÓRTER

O bairro de Periperi, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, registrou o maior volume de chuvas em Salvador, na última terça-feira, com 111,4 milímetros. O volume foi maior mesmo que a média registrada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) na Estação Pluviométrica da Base Naval, que foi de 74 milímetros, e aproximadamente 70% do volume médio histórico esperado para o mês de março, que é de 153 mm.

Ontem o Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Acidentes e Desastres Naturais (Cemaden) disse que as previsões meteorológicas indicam continuidade de chuva, em forma de pancadas de intensidade moderada, a região do Recôncavo Baiano. A intensidade da precipitação deve diminuir nos próximos dias, porém os acumulados de chuvas ainda podem ser significativos, levando em consideração os já altos volumes registrados no município de Salvador e a vulnerabilidade da região.

Ainda segundo o Cemaden, continua alta a possibilidade de ocorrência de novos eventos de movimento de massa de chuva, não se descartando também a possibilidade de ocorrência de enxurradas, especialmente nas áreas densamente ocupadas. Há previsão de pancadas de chuva também no litoral sul Bahia, podendo haver acumulados significativos em alguns municípios, sendo média a possibilidade de ocorrência dessa natureza.

Em Salvador o Cemaden



Fotos: Romildo de Jesus

PREVENÇÃO

Para evitar novas tragédias, prefeitura fez demolição de casas em situação de risco

monitora 21 áreas da cidade, com a instalação de pluviômetros automáticos que medem o volume de chuvas diariamente. Além de Salvador, são monitorados os municípios de América Dourada, Amélia Rodrigues, Bom Jesus da Lapa, Ituberá, Malhada, Morpará, Mutuípe, Barra do Rocha, Belmonte, Camacan, Camamu, Candeias, Gandu, Guaratinga, Igrapiúna, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itagimirim, Itamaraju, Itapetinga, Itoó, Jaguaquara, Juazeiro, Lajedinho, Lapão, Lauro de Freitas, Maragogipe, Medeiros Neto, Nazaré, Nova Viçosa, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Senhor do Bonfim, Simões Filho, Taperoá, Valença e Vitória da Conquista.

ESPERADO

As chuvas que caíram

na madrugada da última terça-feira em Salvador não foram uniformes na cidade e se concentrou mais nas regiões do Subúrbio ferroviário e no chamado "miolo", que fica nas regiões entre a BR-324 e a Avenida Paralela. Em Ondina, onde funciona a estação meteorológica do Inmet mais antiga, choveu apenas 20,8 milímetros, número três vezes menor que na Base Naval de Aratu, no bairro de São Thomé de Paripe, onde fica a segunda estação do Inmet, que registrou 74 mm de chuva.

A Chefe do Setor de Meteorologia do Inmet na Bahia, Cláudia Valéria, explicou que a ocorrência de chuvas fortes e repentinas é historicamente esperado durante os meses de março e abril, com maior inten-

sidade na última semana do verão e nos primeiros 15 dias de abril. Ela disse ainda que a variação do volume de chuvas é uma característica do período na Região Nordeste, e tem muito a ver com o calor e a umidade do ar.

Para o mês de março a média histórica de chuvas para Salvador, medida pelo Inmet é de 153,1 milímetros, aumentando para 291,4 mm em abril e 293,3 mm em maio. "Até o último dia 12 Salvador tinha registrado apenas 2 mm de chuvas em março e em apenas uma madrugada teve um volume médio de 74 mm", disse Valéria. Para a meteorologista "as perspectivas é de que esses fenômenos ainda aconteçam, o que serve de alerta para essas áreas de riscos", advertiu.

Chuva mais concentrada

Com 11,4 milímetros, 70% da média histórica esperada para todo o mês de março em Salvador, o bairro de Periperi foi o que mais concentrou as chuvas da

última terça-feira. Dos 21 pluviômetros automáticos instalados pelo Cemaden na capital, a região do Subúrbio ferroviário concentrou os maiores volumes de chuvas.

Bairro/região	Estação pluviométrica
Periperi	111,44 mm
Pirajá	89,07 mm
Valéria	88,62 mm
Fazenda Coutos	79,8 mm
São Thomé de Paripe	69,38 mm
Alto do Coqueirinho	68,2 mm
Alto do Peru	65,32 mm
CAB	65,33 mm

LIMPEZA

Em Pituáçu, 28 toneladas de lixo são retiradas das encostas

Agentes da Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Limpurb) já retiraram 28,5 toneladas de entulho do local onde um imóvel desabou na última terça-feira, na comunidade de Alto de São João, no bairro de Pituáçu. Do total, 20 toneladas foram retiradas ontem e 8,5 hoje. Ao todo, 70 agentes, distribuídos no turno matutino e vespertino, realizaram a limpeza do local ontem. E 44 profissionais atuam hoje, também divididos em dois turnos, orientados por técnicos da Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros. Não há

previsão para a finalização do serviço.

Por causa da dificuldade de acesso ao local, os agentes realizam a limpeza de maneira manual. Além da Limpurb, Secretaria de Manutenção (Seman) e Defesa Civil, equipes das secretarias de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) e de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps) estão no local para promover a demolição das estruturas e prestar assistência social às vítimas, familiares e pessoas com residências em situação de eventual risco de desabamento.

IMPROVISO

Engenheiro alerta para construções irregulares

YURI ABREU
REPÓRTER

A tragédia de Pituáçu, na qual quatro pessoas de uma mesma família morreram após o desabamento de um prédio na região do Alto de São João, alerta para o risco das construções irregulares em Salvador, cidade conhecida pelo seu relevo acidentado. Um dado curioso neste sentido chama a atenção: de acordo com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA), estima-se que 70% das construções na capital não foram feitas com o devido acompanhamento técnico.

"Nem todo mundo tem recurso para contratar um engenheiro para fazer um projeto. Então, nesse momento todo mundo passa a ser engenheiro, mestre de obra, pedreiro e vão fazer essas edificações. Mas, em certo momento, começam a aparecer rachaduras e recalques de fundação. No caso de Pituáçu, tratava-se de um imóvel com essas características. Disseram que foi apenas a chuva que provocou isso. Mas, se o imóvel for frágil, qualquer chuva que der, derruba", explicou, Francisco Costa Júnior, engenheiro da Defesa Civil de Salvador (Code-sal).

De acordo com o especialista, a situação é tamanha que o risco construtivo dessas edificações se sobrepõe aos deslizamentos de terra. "Quando os moradores nos acionam para ir-



PERIGO

Especialista diz que 70% das construções não têm acompanhamento técnico

mos a determinados locais, principalmente em áreas de risco, verificamos que aquela construção foi mal executada", pontuou Costa Júnior, ressaltando o hábito de as pessoas realizarem puxadinhos em locais em que a base estrutural não foi reforçada o suficiente para agüentar a nova estrutura.

O engenheiro pontua alguns cuidados que as pessoas devem ter antes de realizar uma construção. A primeira coisa a ser feita é o estudo do solo, seguida da análise de a construção de qualquer jeito, sendo que

ele vai cair", comentou, acrescentando que o material empregado deve ser levado em consideração no momento da construção.

Em caso de o morador detectar qualquer infiltração ou rachadura na estrutura da casa, o primeiro passo é procurar a Defesa Civil através do telefone 199. Uma vistoria será realizada, além de uma orientação técnica.

"O risco de se construir em uma encosta reside no cuidado maior que a pessoa tem ter, por que nela você tem uma declividade e que a fundação tem der mais reforçada", alertou Francisco Costa Júnior.

Quando os moradores nos acionam para irmos a determinados locais, principalmente em áreas de risco, verificamos que aquela construção foi mal executada

Barracos irregulares são demolidos em Pituáçu

JORDÂNIA FREITAS
REPÓRTER

Em uma via situada atrás do cenário da tragédia da última terça-feira, em Pituáçu, quando um prédio desabou, matando quatro pessoas da mesma família, tratores começaram ontem a demolição de cinco casas vizinhas ao sobrado que ruíu. Os barracos de madeira foram construídos de forma irregular em uma área que integra o Parque de Pituáçu. As cinco moradias fazem parte de um grupo de sete que foram interditadas pela Defesa Civil de Salvador (Codesal), por risco de desabamento.

As outras duas habitações são feitas de alvenaria e, segundo o órgão, não serão derrubadas por enquanto. No total, nove imóveis foram notificados pelo risco de desabamento e as famílias precisaram deixar o local. Alguns moradores ficaram com receio de permitir a demolição, pois ninguém ainda tinha dado entrada no pedido de auxílio aluguel, concedido pela prefeitura nessas situações. Mas após negociação com técnicos da Codesal e da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps), eles cederam.

A Semps afirmou que todas as famílias - inclusive as dos imóveis que ainda não foram demolidos - vão receber auxílio mora-

dia no valor de R\$300. Juliana Portela, diretora de Proteção Especial da Semps, garantiu que o auxílio será fornecido por tempo indeterminado, até que a família seja contemplada por algum programa habitacional, como o Minha Casa, Minha Vida. Conforme a diretora, o prazo para os moradores receberem o benefício é de, no máximo, uma semana após dar entrada no pedido. Quem teve perda material também será beneficiado com um auxílio emergência, que varia de um a três salários mínimos.

Manoela Conceição dos Santos é moradora de uma das casas condenadas. Há 13 anos vivendo no local, ela acompanhou com tristeza a demolição das residências.

Apesar de ainda não ter dado entrada no auxílio moradia, a ambulante disse que considera baixo o valor do benefício. "Não dá! Aluguel por aqui é tudo caro. E eu tenho e cinco pessoas em casa: meus três filhos e meu marido, que começou a trabalhar agora como ajudante de padaria", relatou.

Já Tiago Aquino assistiu à derrubada de sua casa um pouco mais conformado, por conta do susto que levou na hora do desabamento, que afetou metade da residência. "Duas pilstras caíram em cima de minha cama. Eu nasci de novo", disse.

Cenário de destruição

No final do beco apertado, com menos de dois metros de largura, o cenário é de destruição. Os escombros do que restou do prédio de três andares e a faixa de isolamento no local não deixam a comunidade esquecer que quatro vidas se foram ali, em questão de segundos, com uma chuva de verão. Rosemeire Pereira de Jesus, seus filhos Robert e Artur de Jesus, além do tio das crianças, Alan Pereira de Jesus, não estão mais entre nós. Não fisicamente.

Os sentimentos de dor e saudade pairavam no ar e se misturavam à sensação de que, pelo menos, tudo foi feito para tentar resgatá-los com vida. Nascido e criado com as vítimas, o vizinho José Luis Aquino se jun-

tou com outros moradores da região para ajudar no salvamento.

"A gente sente, né? Porque uma família foi embora, não vai passar mais pela gente dando um bom dia, cumprimentando, mas a gente está mais confortável porque fizemos o máximo que pudemos. Infelizmente não pudemos resgatar todos com vida, mas foi um sucesso também conseguir resgatar algumas (vivas) e retirar outras dos escombros", opinou Aquino.

Se a tragédia arranca lágrimas de amigos e vizinhos, imagina de um parente que estava fora do estado e soube do fato de longe. Morando há algum tempo no Rio de Janeiro, Fabrício Santos de Souza é sobrinho de Rosemeire e Alan.

Prefeitura oferece acesso a arquitetos e engenheiros

A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), disponibiliza, para as famílias com renda de até três salários mínimos, acesso a arquitetos e engenheiros para elaboração de projetos de construção ou de obras de ampliação de imóveis particulares. O serviço é oferecido através do Escritório Público de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, localizada na sede do órgão, no Vale

dos Barris. Este ano, o escritório já encaminhou cerca de 120 projetos.

Além de elaborar gratuitamente os projetos, o escritório ainda encaminha os procedimentos de regularização junto à Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), mediante o pagamento simbólico de duas taxas: de expediente (R\$ 16,09) e de alvará (R\$ 20,59). Isso se a área construída for de até 70 metros

quadrados. Além disso, o cidadão também é beneficiado com orientações técnicas.

O escritório funciona de segunda a sexta, das 8h30 às 11h30 e das 13h às 16h30. O cidadão tem de levar, em mãos, documentos pessoais, de renda e da propriedade (escritura ou comprovante de que paga IPTU há pelo menos cinco anos, uma opção criada pelo novo Código de Obras da cidade). Se não houver declaração de renda, o

interessado pode fazer uma de próprio punho.

De acordo com a Seinfra, o prazo é de geralmente três meses para a conclusão de um processo. No local, entre os profissionais disponíveis, estão dois urbanistas, um engenheiro civil, oito estagiários de arquitetura e engenharia e uma assistente social. Por outro lado, também há convênio com universidades públicas e privadas.